



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GABRIELLE KLEN BASILIO SOUZA

A relação entre os arranjos familiares e a incidência do trabalho infantil

MARIANA

2025

GABRIELLE KLEN BASILIO SOUZA

A relação entre os arranjos familiares e a incidência do trabalho infantil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Alan André Borges da Costa

MARIANA

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S729r Souza, Gabrielle Klen Basilio.
A relação entre os arranjos familiares e a incidência do trabalho infantil. [manuscrito] / Gabrielle Klen Basilio Souza. - 2025.
39 f.: il.: tab..

Orientador: Prof. Dr. Alan André Borges da Costa.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Domicílios. 2. Famílias. 3. Trabalho Infantil. I. Costa, Alan André Borges da. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 331-053.2

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Gabrielle Klen Basilio Souza

A relação entre os arranjos familiares e a incidência do trabalho infantil

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia

Aprovada em 10 de Abril de 2025

Membros da banca

Prof. Dr. Alan André Borges da Costa - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Thiago Sousa Barros - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dra. Stela Rodrigues Lopes Gomes - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Alan André Borges da Costa, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 16/04/2025



Documento assinado eletronicamente por **Alan Andre Borges da Costa, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/04/2025, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0897336** e o código CRC **29D0BFFB**.

Agradecimentos

Chegou o fim de um ciclo muito importante na minha vida, e quero expressar minha sincera gratidão a todos que fizeram parte dessa trajetória.

Primeiramente, agradeço à minha mãe, Marcia, cujo amor e apoio incondicional foram essenciais para que eu percorresse este caminho com serenidade – a ela dedico esta conquista.

Agradeço também ao meu orientador, Alan, por sua orientação, paciência e incentivo, fundamentais para a realização deste trabalho.

Minha gratidão se estende à UFOP e ao corpo docente pelo ensino de qualidade que recebi.

Por fim, agradeço à República Girassol, que se firmou como uma verdadeira família desde minha chegada em Ouro Preto, compartilhando apoio e carinho que jamais esquecerei.

A todos, deixo minha sincera e eterna gratidão.

RESUMO

Este trabalho investiga a relação entre a estrutura familiar e a incidência de crianças no mercado de trabalho com base nos microdados da PNAD de 2023 e aplicando modelo logit. A pesquisa analisa uma amostra composta por 45.272 crianças de 5 a 13 anos, buscando compreender a influência da estrutura familiar para o trabalho infantil quando analisada isoladamente e quando analisada com outros fatores que estão associados, como demográficos e regionais. Os resultados indicam que famílias com chefia feminina, maior escolaridade do responsável e arranjos domésticos compostos ou estendidos estão associadas a menores taxas de trabalho infantil. Já a presença de idosos no domicílio não demonstrou efeito estatisticamente significativo. Por outro lado, características como ser do sexo masculino ou morar na região norte contribui para o aumento de inserção precoce no trabalho. O estudo se destaca por abordar variáveis pouco exploradas em pesquisas anteriores, como o tipo de unidade doméstica e a realização de atividades de cuidado, o que permite captar dimensões mais sutis da sobrecarga vivida pelas crianças. Ao evidenciar que o trabalho infantil não é apenas uma consequência da pobreza, mas também das formas como as famílias se organizam, esta pesquisa contribui para o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à proteção da infância e à redução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: trabalho infantil; estrutura familiar; arranjos domiciliares; chefia feminina.

ABSTRACT

This study investigates the relationship between family structure and the incidence of child labor, using microdata from the 2023 Continuous PNAD and applying logistic regression models. The research analyzes a sample of 45,272 children aged 5 to 13, aiming to understand the influence of family structure on child labor when examined in isolation and in conjunction with demographic and regional factors. The results indicate that households headed by women, those with higher educational levels of the household head, and extended or composite domestic arrangements are associated with lower rates of child labor. Conversely, the presence of elderly individuals in the household showed no statistically significant impact. Male gender and residence in the North region, on the other hand, contribute to a higher likelihood of early entry into the workforce. The study stands out by addressing variables that are often overlooked in previous research, such as household type and engagement in caregiving activities, allowing for a deeper understanding of the subtle dimensions of the burdens faced by children. By showing that child labor is not solely a consequence of poverty, but also of how families are structured and organized, this research contributes to the improvement of public policies aimed at protecting childhood and reducing social inequalities.

Keywords: child labor; family structure; household arrangements; female-headed households.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	OBJETIVOS	11
2.1	Objetivo geral	11
2.2	Objetivos específicos	11
3	REVISÃO DA LITERATURA	11
3.1	Trabalho Infantil	11
3.2	Estrutura familiar	13
3.3	Vulnerabilidades na estrutura familiar	15
3.4	Relação dos arranjos familiares e o trabalho infantil.	17
3.5	Literatura Econométrica Empírica	19
4	METODOLOGIA	22
4.1	Estimação do efeito da estrutura familiar	22
4.2	Base de dados	25
5	RESULTADOS	27
5.1	Análise Descritiva do Trabalho Infantil a partir dos dados da PNAD de 2023	27
5.2	Resultados do efeito da estrutura familiar	29
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é uma terra de contrastes e diversidade; no entanto, o país vem testemunhando historicamente a presença do trabalho infantil revelando as marcas das desigualdades social e econômica existentes. Por trás de cada criança que deixa a escola e o lazer para assumir responsabilidades que não são suas. Os arranjos familiares se mostram como um dos mais influente moldando a escolha e destino de muitas crianças. Nesse sentido, Maciel (2018) afirma ser a estrutura familiar um dos mecanismos mais relevantes para compreender os determinantes do trabalho infantil no ambiente social.

A composição da família no Brasil foi transformada lentamente com o passar dos anos. Ao longo desse processo, a família tradicional, composta por pai, mãe e filhos, deu lugar a vários arranjos como famílias compostas, famílias extendidas, famílias monoparentais e muitas outras. Essas modificações envolvem movimentos sociais e direitos, e também formas de relacionamentos e afetos dentro das famílias. Entretanto, também trazem novos enfrentamentos para aquelas famílias que se encontram em situação precária. Mesquita e Ramalho (2015) ressaltou que essas transformações requerem uma análise cuidadosa para enfrentar a vulnerabilidade social, visto que certos arranjos familiares estão expostos a adversidades específicas devido à vivência em condições de precariedade.

A relação dos arranjos familiares e o trabalho infantil é complexa e apresenta inúmeras particularidades. Em certos contextos, a falta de recursos financeiros pode levar tanto a criança quanto o responsável a recorrerem ao trabalho infantil como forma de sobrevivência. Na visão de Cacciamali e Tatei (2008), mais do que a renda, a decisão envolve também aspectos como o nível de escolaridade dos adultos da casa e a forma como a família está organizada. Já Maciel (2018) afirma que a ausência de um dos pais, o baixo nível de escolaridade dos adultos e a desorganização familiar contribui para a uma maior chance de inserção de crianças no mercado de trabalho, em tarefas não remuneradas no âmbito do lar que ainda são consideradas negligenciada pela sociedade.

Conforme analisado por Jardim et al. (2021), o trabalho infantil, predominante entre meninas dentro do ambiente familiar, em tarefas domésticas representam uma das formas mais silenciosas de exploração. Esse trabalho invisível nas estatísticas causa danos permanentes ao desenvolvimento físico, emocional e educacional das crianças.

Essa análise econométrica é confirmada pela literatura sobre trabalho infantil no Brasil, que aponta para a relação de vários fatores com a maior incidência deste, considerando a pobreza, o baixo nível de educação dos cuidadores e a estrutura familiar. Cacciamali e Tatei

(2008), utilizando o modelo probit binário aplicado à PNAD 2001, identificou em seus resultados que as crianças cujos responsáveis estavam desempregados tinham mais probabilidade de trabalhar do que as crianças em que os pais tinham ocupação informal, onde o status ocupacional do chefe da família foi a variável com maior importância dentro do modelo.

Maciel (2018), com base em regressão logística sobre a PNAD Contínua 2016, observou que a configuração monoparental, a baixa escolaridade do responsável e o número elevado de moradores no domicílio aumentam de forma significativa as chances de inserção precoce no trabalho. Mesquita e Ramalho (2015), por sua vez, aplicam modelo logit sobre a PNAD 2009 e mostra que o baixo nível de educação do chefe de família, a presença de arranjos não nucleares e a ausência de vínculos com emprego formal são, entre outros, os principais determinantes.

A partir desses resultados, pode-se observar que, embora os estudos usem métodos e bases diferentes, eles convergem em mostrar que arranjo familiar, nível de educação do responsável e inserção ocupacional são variáveis presentes em quase todos os estudos e que atuam conjuntamente para aumentar a probabilidade de trabalho infantil. Nesse sentido, compreender a conexão entre estrutura familiar e trabalho infantil é um pré-requisito para enfrentar essa questão com responsabilidade social e um interesse no nosso futuro como nação.

A contribuição deste trabalho está na análise da relação entre estrutura familiar e a incidência do trabalho infantil a partir de uma abordagem quantitativa, utilizando microdados da PNAD Contínua 2023 introduzindo novas variáveis, como unidade doméstica estendida e a variável "atividade de cuidado". O objetivo é identificar quais variáveis da estrutura familiar estão associadas à maior probabilidade de crianças de estarem em situação de trabalho. Um dos achados foi que a renda per capita do lar e o nível de escolaridade do chefe do domicílio estavam inversamente relacionados ao trabalho infantil, conforme destacado particularmente na primeira estimativa. Com a inclusão das variáveis demográficas e de região, esses efeitos deixaram de ser significativos, indicando que parte da associação se explica por fatores como idade, gênero e localização das crianças. A chefia feminina manteve-se significativa na primeira parte do modelo, ainda que em menor grau diante de condições demográficas alteradas.

A próxima seção apresenta o referencial teórico, que inclui contribuições da literatura nacional sobre trabalho infantil, estrutura familiar e estudos econométricos. Em seguida, a seção de metodologia foca na base de dados utilizada, nas variáveis e no modelo estatístico

selecionado de acordo com os objetivos previamente mencionados. Em seguida, os achados e suas interpretações são transmitidos, com foco em aspectos como nível de educação, tipo de estrutura familiar, número de membros do domicílio, etc. Finalmente, segue a conclusão e as referências bibliográficas que sustentam e embasam a pesquisa.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa consiste em estimar a relação entre a estrutura familiar e o trabalho infantil no Brasil.

2.2 Objetivos específicos

- Definir o que é trabalho infantil.
- Apresentar uma revisão literária sobre estrutura familiar.
- Escrever como estruturas familiares e fatores econômicos influenciam a ocorrência de trabalho infantil.
- Escrever os resultados encontrados na literatura sobre os efeitos da estrutura familiar no trabalho infantil.
- Organizar os dados do IBGE necessários para estimar os efeitos desejados.
- Calcular as estatísticas descritivas.
- Estimar os efeitos da estrutura familiar sobre o trabalho infantil.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Trabalho Infantil

O trabalho infantil se refere à participação de crianças em tarefas que deveriam ser desempenhadas por adultos, muitas vezes ligadas a atividades econômicas. Além disso, podem existir trabalhos que sejam prejudiciais a sua saúde física e mental e que podem interferir em sua educação e desenvolvimento.

É inadmissível o trabalho infantil em atividades perigosas. Devido às diferenças físicas, biológicas e anatômicas das crianças, quando comparadas aos adultos, e a locais e utensílios não adaptados para as crianças, problemas ergonômicos, fadiga, e maior risco de acidentes podem ocorrer, acarretando sérios problemas de saúde com danos irreversíveis (KASSOUF, p 6. 2002)

Permitir que crianças trabalhem é desconsiderar seus direitos mais básicos, algo que a lei proíbe com clareza. No Brasil, a lei não aceita isso, e a Constituição Federal de 1988, junto

com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi criada justamente para proteger a infância de situações como essa.

A própria Constituição Federal, em seu artigo 7º, deixa claro o cuidado com os jovens, proibindo que menores de dezoito anos sejam expostos a atividades perigosas, insalubres ou que aconteçam à noite. Além disso, não é permitido que menores de dezesseis anos trabalhem, a não ser na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, permitindo que eles possam aprender uma profissão sem abrir mão da proteção necessária nessa fase da vida.

E não se pode esquecer que, além dessas normas, há um cuidado especial na forma de leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lembrado por Dutra (2015), que existe para garantir que crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados.

Mais do que regras, esse conjunto de leis representa um compromisso com o futuro, garantindo que cada criança e adolescente tenha o direito de aprender, brincar, ser saudável, respeitado e protegido de qualquer ameaça ou abuso.

Itaoui (2023), em sua pesquisa sobre as diferentes formas de família e a proteção das crianças, ressalta que o ECA é muito mais do que uma lei — é um marco na luta pelos direitos das novas gerações no Brasil. Reconhecendo-os como cidadãos plenos sob o princípio da proteção integral, o ECA surgiu para enfrentar as dificuldades e vulnerabilidades que afetam essa fase tão importante da vida.

Segundo Dutra (2015), o trabalho infantil é considerado uma violação dos direitos fundamentais das crianças, pois priva os jovens de sua infância, educação e oportunidades de desenvolvimento. No Brasil, esse é um problema social que afeta milhões de crianças e adolescentes de diversas origens socioeconômicas. As desigualdades de gênero e raça são fatores que agravam essa problemática, o que pode tornar certos grupos mais vulneráveis à exploração laboral.

O estudo de Cacciamali et al. (2010) destaca uma série de fatores que podem levar à inserção prematura de crianças no mercado de trabalho, sendo a insuficiência de renda familiar o motivo central frequentemente apontado por análises econômicas. Nesse contexto, a participação laboral infantil é interpretada como uma consequência direta da dificuldade da família em atingir o nível mínimo de consumo desejado, com variações de intensidade ao longo das diferentes fases do ciclo familiar.

Por outro lado, Kassouf (2002) enfatiza que a busca por trabalho por parte das crianças é influenciada pela estrutura do mercado de emprego e pelas mudanças tecnológicas. Entre as razões que levam os empregadores a optarem pelo envolvimento infantil, destaca-se a vantagem de custos reduzidos associada à contratação de mão de obra jovem. Esse aspecto

aponta para a complexidade das motivações por trás do trabalho infantil, que não se limitam apenas à situação econômica das famílias, mas também envolvem as dinâmicas do próprio mercado de trabalho.

Seguindo o ponto de vista de Cacciamali e Tatei (2008), outro elemento importante consiste na possibilidade de desenvolver a avaliação da prevalência do trabalho infantil ao considerar tanto a estrutura familiar quanto a posição ocupada pela família na hierarquia social. Nesse sentido, o autor aponta que famílias de recursos limitados são forçadas a entrar precocemente no mercado de trabalho, buscando aumentar a renda da família ou garantir sua sobrevivência. Essa circunstância muitas vezes resulta na priorização do emprego em detrimento dos estudos, o que conseqüentemente prejudica as oportunidades futuras de obter uma maior renda. Este ciclo contínuo é ampliado pela escassa oferta de oportunidades para os filhos, levando-os a ingressar no trabalho infantil como resultado direto das limitadas perspectivas dos pais.

Santos (2016) chama atenção para o fato de que meninos e meninas vivenciam o trabalho infantil de formas diferentes, refletindo desigualdades de gênero presentes na sociedade. Em muitos casos, as meninas são submetidas a trabalhos domésticos como limpar a casa, cozinhar e realizar outras tarefas semelhantes. Estas tarefas podem representar uma preocupante forma de trabalho infantil, conforme enfatizado pelo autor, devido ao desafio de perceber essa exploração, já que muitas vezes ela ocorre no campo da invisibilidade, tornando as crianças vulneráveis a abusos e negligência, além de reduzir as oportunidades de combater essa séria violação de direitos humanos.

A desigualdade racial na maior incidência de trabalho infantil se dá em sua maioria entre crianças e adolescentes negros em comparação com crianças brancas. Essa realidade está diretamente relacionada à história de exclusão social, econômica e educacional vivenciada pela população brasileira ao longo do tempo (CEZAR, 2021).

3.2 Estrutura familiar

As famílias brasileiras carregam em sua trajetória marcas de mudanças profundas, que foram acontecendo com o passar do tempo, moldadas por transformações históricas, econômicas, sociais e culturais. A transição de uma sociedade rural, marcada pela predominância de famílias patriarcais e fechadas, para uma sociedade industrial, caracterizada pela mobilidade social, geográfica e cultural, provocou alterações significativas na configuração do modelo familiar tradicional (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003).

Segundo Narvaz e Koller (2006, p. 51), "a posição da mulher, na família e na sociedade em geral, desde a colonização até hoje, demonstra que a família patriarcal foi uma das matrizes de nossa organização social". Nessa concepção, Amazonas (2003) descreve a família tradicional como: o pai era encarregado de prover o sustento do núcleo familiar, enquanto à mãe cabiam os cuidados e os afetos dedicados às crianças. Ambos desempenhavam papéis importantes na construção das regras e valores transmitidos aos filhos, organizando a estrutura familiar com base em um modelo hierárquico e patriarcal, que delimitava as funções de cada membro.

Esse arranjo se sustentava em uma concepção rígida da família como uma célula imutável, pautada na autoridade patriarcal e na perpetuação de alianças por meio de casamentos arranjados. No Brasil, como em outras sociedades de matriz patriarcal, a autoridade do pai era vista como um reflexo direto de uma ordem divina, enquanto a mulher, limitada ao espaço doméstico, cumpria a função de garantir a estabilidade do lar e a continuidade da linhagem. Essa concepção foi central para a manutenção de estruturas sociais e econômicas hierarquizadas, características de sistemas agrários tradicionais (ROUDINESCO, 2003).

Contudo, como aponta Roudinesco (2003), o modelo patriarcal enfrentou desafios significativos entre o final do século XVIII e meados do XX, com o advento de mudanças sociais e econômicas que reconfiguraram o papel da família. A estabilidade dos laços matrimoniais começou a ser questionada, assim como as funções tradicionais atribuídas ao homem e à mulher no núcleo familiar. Essas transformações marcaram o início de um processo de diversificação das formas de organização familiar que hoje coexistem com desigualdades e tensões estruturais herdadas do passado.

De acordo com Roudinesco (2003), a família começou a adotar características modernas com uma reconfiguração dos papéis e funções de seus membros. O casamento por amor e por escolha individual tornou-se mais frequente, substituindo os casamentos arranjados, enquanto as relações entre os cônjuges passaram a ser baseadas em laços afetivos e em uma lógica de parceria.

Segundo Oliveira (2009), na sociedade contemporânea, a composição familiar e as relações de parentesco passaram por mudanças profundas, impactando diretamente a construção da identidade de seus membros. A família de hoje, intitulada como "nova família", assume diversas formas de organização e relações:

A composição pode variar em uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; mães sozinhas com seus filhos, sendo cada um de um pai

diferente; pais sozinhos com seus filhos; avós com os netos; e uma infinidade de formas a serem definidas, colocando-nos diante de uma nova família, diferenciada do clássico modelo de família nuclear (OLIVEIRA, 2009, p.64).

Na visão de Garcia e Delgado (2014, p. 3), "arranjos domiciliares são os diferentes tipos de organização familiar que podem existir em um determinado domicílio. Por organização familiar entende-se, neste trabalho, a combinação de pessoas, parentes ou não parentes, residentes em um mesmo domicílio. É um assunto que celebra grande número de estudos com os mais distintos objetivos".

Oliveira (2009) também observa as transformações que ocorrem no interior das famílias e percebe que, cada vez mais, os papéis familiares se tornam confusos divergindo das famílias nucleares em que essas funções são bem definidas.

Seguindo essa perspectiva, Wajnman et al. (2006), analisam como as transformações na composição dos arranjos domiciliares brasileiros revelam uma complexa relação entre fatores demográficos e socioeconômicos. Eles observam que a redução na fecundidade, o aumento das separações conjugais e a sobremortalidade masculina têm redesenhado o formato das famílias, tornando-as menores e elevando a proporção de domicílios unipessoais, especialmente femininos. Ao mesmo tempo, fatores socioeconômicos influenciam diretamente aspectos como os casamentos, as separações, o momento de saída dos filhos da casa dos pais e, por fim, a convivência intergeracional, onde filhos adultos e netos compartilham o mesmo lar com os membros mais idosos.

3.3 Vulnerabilidades na estrutura familiar

Essa mudança nos laços familiares enfraquece o suporte mútuo para enfrentar os desafios do dia a dia. Com a redução das conexões entre os membros da família, superar as adversidades se torna ainda mais difícil, aprofundando as dificuldades vividas por diferentes tipos de arranjos familiares. Essa situação ressalta a importância de refletir e compreender sobre conceito de vulnerabilidade e suas implicações mais amplas, pois a fragilidade das relações familiares está diretamente ligada a fatores estruturais que intensificam a exclusão e a desigualdade.

Nesse sentido, Garrafa (2012, p. 14) destaca que:

A vulnerabilidade social tem relação com a estrutura de vida cotidiana das pessoas. Entre as situações geradoras de vulnerabilidade social em pesquisas nos países periféricos, podem ser citadas: a baixa capacidade de pesquisa no país; disparidades socioeconômicas na população; baixo nível de instrução das pessoas; inacessibilidade a serviços de saúde e vulnerabilidades

específicas relacionadas com o gênero feminino e com as questões raciais e étnicas, entre outras.

Além da dimensão econômica, Guareschi et al. (2007) destacam que a vulnerabilidade social abrange questões como raça, orientação sexual, gênero e etnia. Nesse contexto, indivíduos negros, por exemplo, enfrentam restrições em sua mobilidade social devido à cor da pele, mesmo que não estejam necessariamente em desvantagem econômica.

Bronzo (2005) reforça que:

Vulnerabilidade não se restringe à pobreza e nem todos os pobres são vulneráveis da mesma forma. Entretanto, não se pode desconsiderar que tais fenômenos estão interligados, uma vez que a vulnerabilidade é maior nas famílias pobres que possuem menor quantidade e diversidade de elementos para enfrentar os diversos riscos, ou seja, a exposição aos riscos e a capacidade de prevenção e resposta variam de acordo com a situação de pobreza ou não pobreza das famílias (BRONZO, 2005, p. 2).

Monteiro (2011) complementa essa análise ao destacar que a vulnerabilidade é um campo conceitual complexo que envolve diferentes aspectos, como questões econômicas, ambientais, de saúde e até de direitos. O autor chama a atenção para o fato de que a vulnerabilidade dentro dos arranjos familiares não é igual para todos, pois depende dos critérios usados para analisá-la. Entre esses fatores destacam-se a renda per capita da família, o nível de escolaridade do chefe da casa, a região onde vivem e até o tipo de arranjo familiar.

Ramos e Lazo (2004), citados por Garcia e Delgado (2014), exploram a relação entre vulnerabilidade e pobreza sob a ótica da renda per capita. Eles analisaram a questão a partir da renda per capita, definindo como vulneráveis os arranjos domiciliares que vivem com uma renda abaixo de um limite estabelecido. Complementando essa perspectiva, Montali e Tavares (2014, p.106) afirma que “os arranjos domiciliares identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento correspondem àqueles nas etapas iniciais do ciclo de vida familiar, ou seja, às etapas de constituição e consolidação, e também aos monoparentais femininos.”

Segundo Nogueira (2004), esses arranjos familiares frequentemente abrigam mais membros para sustentar, enfrentam dificuldades habitacionais e têm chefes de família com baixa escolaridade. Esses fatores contribuem para perpetuar um ciclo de desigualdade que vai além da mera falta de recursos, alcançando as estruturas sociais que envolvem essas famílias.

A crise econômica enfrentada por muitas famílias pobres acaba levando seus filhos a deixarem a escola para ajudar no sustento da casa, uma realidade que frequentemente os empurra para as ruas. O que começa como uma situação temporária pode, com o tempo, se tornar permanente, à medida que esses jovens criam vínculos na rua e se distanciam cada vez mais da convivência familiar e escolar (GOMES; PEREIRA, 2004).

Nessa linha, Petrini (2003), citado por Gomes e Pereira (2004), argumenta que, quando a família enfrenta dificuldades para desempenhar adequadamente suas funções básicas de socialização e de apoio aos seus membros, acabam surgindo situações de vulnerabilidade.

Segundo Monteiro et al. (2015), ao citar Ramos (2003), autor do livro “Introdução à Psicologia Social”, a vulnerabilidade está relacionada à capacidade que indivíduos ou famílias possuem para lidar com os desafios ao seu redor. Essa capacidade depende dos recursos disponíveis e das condições do ambiente em que vivem, como o local de residência, o que pode influenciar diretamente sua qualidade de vida e até comprometer sua dignidade. Além disso, quando as famílias enfrentam dificuldades para cumprir suas funções essenciais, como oferecer suporte emocional e social aos seus membros, a vulnerabilidade se intensifica.

Conforme Gomes e Pereira (2004), a vulnerabilidade social vivida pelas famílias em situação de pobreza está profundamente associada à miséria estrutural, agravada pelas crises econômicas que frequentemente resultam no desemprego ou subemprego dos membros responsáveis pela manutenção da casa.

Garcia e Delgado (2014) ampliam essa discussão ao destacar que a vulnerabilidade dos arranjos domiciliares vai além da questão financeira. Mesmo famílias com renda estável podem enfrentar desafios, como avós cuidando de netos menores de 14 anos, que podem ficar desamparados diante de problemas de saúde ou falecimento dos avós. Chefes de família com pouca escolaridade também enfrentam maior dificuldade em se recolocar no mercado de trabalho. A estrutura do domicílio, portanto, influencia diretamente sua capacidade de superar crises e imprevistos.

Ao discutir vulnerabilidade, é necessário considerar os fatores específicos de cada comunidade. Guareschi et al. (2007) reforçam que a questão deve ser entendida não apenas como uma característica inerente ao indivíduo, mas como resultado das configurações do contexto social.

3.4 Relação dos arranjos familiares e o trabalho infantil.

As configurações familiares têm um efeito significativo sobre a ocorrência de trabalho infantil, considerando que fatores como a composição do domicílio, o tamanho da família e a vulnerabilidade socioeconômica afetam diretamente as condições de vida das crianças. Nesse cenário, diversos estudos apontam para a complexidade dessa relação, com destaque para as divergências nos determinantes observados em diferentes realidades regionais e sociais.

Mesquita e Ramalho (2015), ao citarem pesquisas de Kassouf (2005, 2007), Ferreira-Batista e Cacciamali (2007) e Aquino et al. (2010), mostram que a ciência ainda debate quais fatores realmente influenciam o trabalho infantil — e esses fatores mudam de acordo com a cultura, a economia e as condições locais de cada região. No entanto, a pobreza é amplamente reconhecida como um fator relevante, sendo influenciada pelas características da criança, do responsável familiar, do mercado de trabalho, da localização e da estrutura familiar.

A partir dessa perspectiva, Mesquita e Ramalho (2015) enfatizam que o tamanho da família e o número de irmãos mais novos podem incentivar o trabalho infantil, uma vez que as crianças mais velhas frequentemente assumem responsabilidades adicionais. Por outro lado, a presença de um cônjuge e/ou de um chefe domiciliar do sexo masculino tende a reduzir essa prática, evidenciando a importância da estrutura familiar na mitigação do problema. Eles também apontam que a incidência de trabalho infantil é maior em famílias monoparentais chefiadas por mulheres, refletindo uma maior vulnerabilidade socioeconômica nesse contexto. Essa desigualdade só é neutralizada quando a renda familiar atinge níveis elevados o suficiente para reduzir a necessidade de inserção precoce das crianças no mercado de trabalho.

Jardim et al. (2021) também contribuem para essa discussão, apontando que famílias lideradas por mulheres, muitas vezes enfrentando maiores dificuldades financeiras, acabam tendo mais chances de ver crianças e adolescentes precisando trabalhar. Em contrapartida, famílias mais numerosas e residentes em áreas urbanas demonstram menor tendência a envolver menores em atividades laborais. Além disso, crianças mais velhas e meninas são mais propensas ao trabalho, especialmente em atividades domésticas, predominantemente desempenhadas por indivíduos do sexo feminino.

Jardim et al. (2021), em seu artigo, referenciam estudos de Kassouf (2001) e Antunes (2001), que têm destacado uma relação significativa entre o trabalho infantil e o sexo do chefe do domicílio. Esses estudos indicam que domicílios chefiados por mulheres possuem maior probabilidade de apresentar casos de trabalho infantil, sugerindo a existência de vulnerabilidades socioeconômicas associadas a essa configuração familiar.

Por outro lado, Souza (2021), citado por Itaoui e Raiher (2024), que observa como a divisão tradicional de papéis de gênero afeta o trabalho infantil em famílias chefiadas por homens. Nesse contexto, as meninas assumem frequentemente tarefas relacionadas ao cuidado e aos afazeres domésticos, intensificando as desigualdades de gênero desde a infância e contribuindo para a perpetuação do trabalho infantil, especialmente na esfera doméstica.

Outra forma de trabalho infantil, conforme Brugnarotto e Copatti (2019), ocorre no meio rural, especialmente na agricultura familiar, representando uma realidade preocupante. Crianças e adolescentes são frequentemente inseridos nas atividades agrícolas com o objetivo de aumentar a produtividade. Essa exploração é comumente observada em atividades econômicas rurais, onde, para atender à alta demanda de produção, as famílias recorrem à força de trabalho de todos os seus membros, incluindo as crianças.

Os resultados apresentados pelos autores mencionados acima demonstram a diversidade de formas como o trabalho infantil pode se manifestar, evidenciando que suas causas e características variam significativamente conforme as configurações familiares, contextos regionais e socioeconômicos.

3.5 Literatura Econométrica Empírica

A literatura sobre trabalho infantil no Brasil tem utilizado diferentes abordagens econométricas, bases de dados e períodos de análise para compreender os fatores que determinam a inserção de crianças no mercado de trabalho. O trabalho infantil está frequentemente relacionado à baixa renda familiar, à informalidade do mercado de trabalho e à baixa escolaridade dos pais. Além disso, a estrutura familiar e as condições socioeconômicas regionais têm uma participação importante na determinação da taxa de trabalho infantil. A seguir, são apresentados os principais achados desses estudos, destacando as metodologias utilizadas, os resultados obtidos e as comparações entre eles.

Maciel (2018), usando informações da PNAD de 2001, buscou entender como o nível de escolaridade do responsável pelo lar influencia a presença de crianças no mercado de trabalho, analisando esses dados por meio de um modelo estatístico chamado logit. O estudo abrangeu todas as regiões do país e investigou crianças de 5 a 17 anos, examinando seus aspectos educacionais e ocupacionais, com a variável principal sendo a participação no mercado de trabalho nessa faixa etária. As variáveis explicativas incluíram idade, sexo, escolaridade do chefe de família, renda domiciliar per capita, tamanho da família e localização geográfica (urbana/rural). Os principais resultados da pesquisa de Maciel (2018) indicaram que fatores como ser do sexo masculino, o aumento da idade e viver em famílias mais numerosas aumentavam a probabilidade de ocorrência do trabalho infantil. Em contrapartida, a escolaridade do chefe de família apresentou um efeito negativo sobre a incidência do trabalho infantil, ou seja, cada ano adicional de estudo do chefe de família reduzia a probabilidade de a criança trabalhar. Além disso, a análise regional revelou que a

maior incidência foi observada na região Nordeste, com 42,54%, enquanto a menor taxa foi registrada na região Sudeste, com 8,96%. Ademais, a residência em áreas urbanas também diminuía a inserção infantil no mercado de trabalho.

Cacciamali e Tatei (2008) analisaram a relação entre o status ocupacional do chefe da família e a incidência do trabalho infantil utilizando um modelo probit com dados da PNAD de 2002. As variáveis consideradas incluíram status ocupacional, escolaridade dos pais, número de filhos e renda familiar per capita, abrangendo todas as regiões do país, com foco na influência da informalidade no mercado de trabalho. O principal achado foi que a probabilidade de uma criança trabalhar é maior em famílias cujo chefe é trabalhador por conta própria do que naquelas onde é assalariado formal. O trabalho infantil foi mais prevalente no setor agrícola, com 46% das crianças em famílias de trabalhadores autônomos empregadas, contra 16,6% entre assalariados. No setor não-agrícola, as taxas foram menores, mas ainda mais altas entre autônomos. A escolaridade dos pais teve uma incidência mais significativa na redução do trabalho infantil do que a renda familiar, enquanto a presença de um cônjuge diminuiu a incidência em lares chefiados por homens, mas aumentou em famílias chefiadas por mulheres.

Mesquita e Ramalho (2015) investigaram a importância da estrutura familiar na decisão de oferta de trabalho infantil, utilizando dados do Censo Demográfico de 2010 e um modelo probit para analisar como diferentes configurações familiares impactam a inserção de crianças no mercado de trabalho. O estudo focou principalmente em grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, e incluiu variáveis como renda domiciliar per capita, escolaridade dos pais e tipo de estrutura familiar (nuclear, monoparental ou extensa). A variável dependente Y foi usada para representar se a criança trabalha ou não, funcionando de maneira binária: recebe 1 quando há trabalho infantil e 0 quando a criança está livre dessa realidade. Os resultados indicaram que ser menino aumenta a probabilidade de inserção infantil no mercado de trabalho em todas as configurações familiares, com ênfase maior nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Além disso, o aumento da idade também eleva significativamente essa probabilidade, reforçando a vulnerabilidade das crianças mais velhas em lares com menor suporte familiar. A desvantagem das crianças em lares monoparentais só diminui quando a renda atinge um nível suficiente. Além disso, famílias numerosas e a informalidade no mercado de trabalho intensificam essa realidade.

Adicionalmente, Ferreira-Batista e Cacciamali (2012) observaram a relação da migração familiar no trabalho infantil, utilizando dados do censo demográfico para o estado de São Paulo com crianças entre 10 e 14 anos. Empregando um modelo probit bivariado e

decomposição de Oaxaca, o estudo analisou variáveis como status migratório dos pais, escolaridade, renda e número de filhos. Os principais resultados do estudo indicam que filhos de migrantes recentes têm maior probabilidade de trabalhar, especialmente em famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Com o tempo de residência no estado, essa tendência diminui, sugerindo que a adaptação ao mercado de trabalho reduz a necessidade de trabalho infantil. A escolaridade dos pais se mostrou um fator protetor, reduzindo a incidência do trabalho infantil, assim como a renda familiar oriunda de fontes não laborais. Meninos são mais propensos a trabalhar do que meninas, embora essa diferença seja menor em famílias monoparentais. Crianças em municípios com maior participação agrícola têm maior propensão ao trabalho infantil.

A pesquisa de Kassouf e Justus dos Santos (2010) utilizou como base de dados os microdados da PNAD de 2006. A pesquisa concentrou-se na realidade do campo brasileiro, examinando a vida de 5.737 meninas e meninos, com idades entre 5 e 15 anos, pertencentes a famílias que possuíam terras. Para estimar os determinantes do trabalho infantil agrícola, os autores empregaram um modelo probit, no qual a variável dependente é uma variável binária que assume o valor 1 se a criança trabalha em atividades agropecuárias e 0 caso contrário. Além disso, foi incluída uma proxy para a riqueza familiar, medida pelo tamanho da propriedade agrícola em hectares, permitindo identificar o efeito da posse de terra na probabilidade de trabalho infantil no meio rural brasileiro. Os resultados da pesquisa revelam que a probabilidade de crianças e adolescentes trabalharem em atividades agropecuárias aumenta à medida que o tamanho da propriedade agrícola cresce, atingindo seu pico em 76 hectares. A partir desse ponto, a incidência do trabalho infantil diminui. Essa relação caracteriza o chamado "paradoxo da riqueza", onde pequenas propriedades demandam mais mão de obra familiar, enquanto grandes propriedades conseguem contratar trabalhadores adultos.

Outro estudo relevante foi realizado por Ramalho e Mesquita (2013), que analisaram a persistência intergeracional do trabalho infantil utilizando um modelo de painel de dados e informações da PNAD de 2001 a 2009. O estudo abrangeu todas as regiões do Brasil, com ênfase nas diferenças entre zonas urbanas e rurais. A variável dependente (Y) foi a taxa de crianças trabalhadoras entre 10 e 14 anos, enquanto as variáveis explicativas incluíram o status ocupacional dos pais, número de filhos, escolaridade e renda familiar. Os resultados mostram que, quando os pais também trabalharam cedo, é mais provável que seus filhos sigam o mesmo caminho, principalmente nas regiões rurais, onde essa realidade se repete de geração em geração. A falta de oportunidades educacionais e a maior demanda por trabalho

informal no meio rural reforçam esse ciclo, aumentando a incidência do trabalho infantil.

Em sua pesquisa, Aquino et al. (2010) analisaram informações da PNAD dos anos 1992 e 2004 para investigar como o trabalho infantil passa de pais para filhos no Brasil, destacando contrastes importantes entre as áreas urbanas e rurais. A metodologia incluiu a estimação de modelos Probit, a fim de verificar a relação entre o histórico de trabalho infantil dos pais e a probabilidade de seus filhos também trabalharem. As variáveis determinantes incluíram a experiência de trabalho infantil dos pais, características das crianças (idade, gênero, número de irmãos) e fatores socioeconômicos das famílias, como escolaridade e situação de emprego dos pais. Os resultados indicam que filhos de pais que trabalharam quando crianças apresentam maior probabilidade de também trabalharem, sendo esse efeito mais intenso nas zonas rurais. Além disso, quando os pais tiveram mais acesso à educação, o efeito foi sentido nas gerações seguintes: menos crianças precisando trabalhar e um olhar mais forte dentro das famílias para o papel transformador da escola. Os estudos dos autores acima sobre trabalho infantil no Brasil demonstram que múltiplos fatores interagem para determinar sua incidência, sendo a escolaridade do chefe de família, a localização (urbana ou rural), a experiência dos pais com trabalho infantil, a estrutura familiar, o tamanho da família, o sexo da criança e a renda familiar variáveis essenciais nesse processo. Maciel (2018), Cacciamali & Tatei (2008), Aquino et al. (2010) e Ferreira-Batista & Cacciamali (2012) destacam que a escolaridade do chefe de família é um dos principais fatores que reduzem o trabalho infantil, pois quanto maior o nível educacional dos pais, menor a probabilidade de que os filhos ingressem precocemente no mercado de trabalho.

A estrutura familiar também exerce um papel de relevância nesse contexto, conforme indicado por Cacciamali & Tatei (2008) e Mesquita & Ramalho (2015), que constataram que lares monoparentais, sobretudo os chefiados por mulheres, tendem a ter maior incidência de trabalho infantil, devido à maior vulnerabilidade econômica e à necessidade de complementar a renda familiar. Esse efeito é agravado em famílias numerosas, como apontado por Mesquita & Ramalho (2015), Ramalho & Mesquita (2013) e Cacciamali & Tatei (2008), onde a presença de muitos filhos aumenta a pressão econômica e eleva a probabilidade de que crianças mais velhas ingressem precocemente no mercado de trabalho.

4 METODOLOGIA

4.1 Estimação do efeito da estrutura familiar

A presente pesquisa adota como abordagem empírica o modelo de regressão logística, apropriado para a análise de variáveis dependentes categóricas, uma vez que o objetivo é estimar os efeitos da estrutura familiar sobre o trabalho infantil.

Neste estudo, foram analisadas duas variáveis dependentes. A primeira identifica se a criança trabalha, sendo codificada como 1 quando sim e 0 quando não. Já a segunda se volta especificamente para o trabalho não remunerado, assumindo o valor 1 quando a criança exerce alguma atividade sem receber pagamento e 0 nos demais casos. Essa distinção permite olhar para diferentes formas de inserção das crianças em rotinas de trabalho, inclusive aquelas que, por estarem naturalizadas no cotidiano familiar, acabam passando despercebidas nas análises tradicionais. Para estimar a influência das variáveis explicativas sobre essas situações, adotou-se o modelo logit, adequado para situações em que a variável dependente é dicotômica. Conforme descrito por Wooldridge (2009), esse tipo de modelo é especialmente útil quando se deseja modelar a probabilidade de um evento binário, garantindo que os valores previstos estejam entre 0 e 1 por meio da função logística acumulada. O modelo proposto pode ser representado pela seguinte equação:

$$Y_i = \alpha + \beta X_i + \delta Z_i + \varphi W_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Em que:

- $Y_{1i} = 1$ se a criança trabalha, e $Y_{1i} = 0$ se a criança não trabalha
- $Y_{2i} = 1$ se a criança trabalha não remunerada, e $Y_{2i} = 0$ se a criança trabalha remunerada

Os vetores explicativos são comuns a ambos os modelos:

- X_i : Variáveis de estrutura familiar (ex: tipo de arranjo familiar, número de membros no domicílio, escolaridade do chefe, presença de idosos, sexo do chefe do domicílio);
- Z_i : Variáveis demográficas da criança (ex: idade, sexo, cor, frequência escolar);
- W_i : Variáveis de localização e região (ex: macrorregião do Brasil, zona urbana ou rural);
- α : intercepto do modelo;
- β, δ, φ : coeficientes associados a cada conjunto de variáveis explicativas;
- ε_i : termo de erro aleatório

A estratégia metodológica consistiu na realização de quatro diferentes estimações,

conforme descrito a seguir. As variáveis abordadas aqui estão justificadas pela literatura empírica na seção anterior.

Na primeira estimação, avalia o efeito das variáveis de estrutura familiar sobre a probabilidade de a criança trabalhar. Essa primeira estimação investiga quais características familiares possuem associação direta com o trabalho infantil.

Na segunda estimação, incluem-se, além das variáveis de estrutura familiar, os controles demográficos e regionais. O objetivo aqui é observar se as variáveis familiares permanecem significativas quando outras características contextuais são adicionadas ao modelo

Na terceira estimação, repete-se a lógica da coluna 1, porém com foco na variável dependente que identifica o trabalho infantil não remunerado. O objetivo é verificar se as variáveis de estrutura familiar também influenciam a probabilidade de a criança exercer alguma atividade sem receber pagamento.

Na quarta estimação, reproduz a estimação da coluna 3, porém com a inclusão das variáveis demográficas e de região. Novamente, o foco é compreender se a significância e a magnitude dos efeitos da estrutura familiar se mantêm ou se alteram com a introdução de variáveis de controle.

A inclusão das quatro estimações permite uma análise comparativa dos efeitos de diferentes conjuntos de variáveis sobre o trabalho infantil. A partir dessas estimações, é possível fazer observações sobre a estabilidade ou a fragilidade das associações encontradas, além de identificar a presença de potenciais efeitos colineares entre as variáveis analisadas.

Dentre as inovações deste estudo, destaca-se a inserção de variáveis pouco utilizadas em trabalhos anteriores, como o tipo de unidade doméstica (nuclear, estendida ou composta) e a variável “atividade de cuidado”, esta última que representa atividades de lazer da criança. Essas adições visam aprofundar a compreensão sobre o trabalho infantil, que muitas vezes escapa das estatísticas tradicionais.

A principal questão de pesquisa que orienta esta metodologia é: qual é o papel da estrutura familiar na determinação da incidência de trabalho infantil no Brasil? Ao combinar diferentes recortes e conjuntos de variáveis, a abordagem adotada neste estudo busca responder essa pergunta com base empírica sólida e atenção às especificidades da realidade brasileira. A equação (I) estimada permite responder essa pergunta, pois os coeficientes das variáveis de estrutura familiar mostram caso sejam significativos qual é a relação dessa estrutura familiar com o trabalho infantil.

4.2 Base de dados

O estudo foi realizado utilizando a pesquisa suplementar, quinta visita, da PNAD Contínua de 2023, escolhida por ser a edição mais recente disponível, que contempla as cinco regiões brasileiras e diferencia entre áreas urbanas e rurais, garantindo representatividade nacional. A amostra é composta por crianças entre 5 e 13 anos de idade, totalizando 45.272 observações válidas após filtragem e limpeza dos dados. A escolha desse recorte etário se justifica tanto pela legislação brasileira, que restringe o trabalho infantil nessa faixa etária, quanto pelo recorte do IBGE que disponibiliza a variável dependente dentro desse intervalo.

As variáveis explicativas de estrutura familiar englobam características relacionadas à composição e ao perfil socioeconômico do domicílio. As variáveis demográficas dizem respeito às características individuais das crianças investigadas. Por fim, as variáveis regionais captam o contexto geográfico em que a criança está inserida. A seguir, o quadro 1 com todas as variáveis utilizadas nas estimações.

Quadro 1 - Descrição das variáveis utilizadas da PNAD Contínua 2023

Nome da variável	Código da variável na PNADC	Descrição da Variável
Variáveis dependentes		
Criança exerce trabalho infantil	SD06004	Assume o valor 1 quando a criança exerce trabalho infantil e 0 quando não é trabalho infantil.
Criança trabalha sem receber pagamento	S06004	Assume o valor 1 se a criança trabalhou pelo menos uma hora sem receber pagamento no trabalho remunerado de algum morador do domicílio ou de um parente e 0, caso contrário.
Variáveis explicativas (características demográficas e de região)		
Masculino	V2007	Assume o valor 1 para o sexo masculino e 0 para o sexo feminino.
Idade	V2009	Idade da criança
Branco	V2010	Assume o valor 1 para crianças de cor branca ou amarela e 0 para preto, pardo ou indígena.

Norte	UF	Assume o valor 1 se a criança residir na região Norte e 0, caso contrário.
Centro-Oeste	UF	Assume o valor 1 se a criança residir na região Centro-Oeste e 0, caso contrário.
Sul	UF	Assume o valor 1 se a criança residir na região Sul e 0, caso contrário.
Sudeste	UF	Assume o valor 1 se a criança residir na região Sudeste e 0, caso contrário.
Urbano	V1022	Assume o valor 1 se a criança residir na região urbana e 0 se residir na região rural.
Criança frequenta escola	V3002	Assume o valor 1 se a criança frequenta a escola e 0, caso contrário.
Realizou alguma atividade de cuidado	S060263	Assume o valor 1 se a criança realizou tarefas de cuidados, como ler, jogar ou brincar, e 0, caso contrário.
Variáveis explicativas (estrutura familiar)		
Renda domiciliar per capita	VD4046	Soma do rendimento de todas as fontes dos moradores dividida pelo total de moradores.
Chefe com ensino fundamental completo	VD3004	Assume o valor 1 quando o chefe de família tem ensino fundamental completo e 0 caso contrário.
Chefe com ensino médio completo	VD3004	Assume o valor 1 se o chefe de família tem ensino médio completo e 0, caso contrário.
Chefe com ensino superior completo	VD3004	Assume o valor 1 se o chefe de família tem ensino superior completo e 0, caso contrário.
Unidade doméstica estendida	VD2004	Assume o valor 1 se a unidade doméstica é estendida e 0, caso contrário.
Unidade doméstica composta	VD2004	Assume o valor 1 se a unidade doméstica é composta e 0, caso contrário.
Número de irmãos	V2005	Número de irmãos da criança dentro do domicílio.

Chefe de família feminino	V2005	Assume o valor 1 se o chefe de família for mulher e 0, caso contrário.
Idoso no domicílio	V2009	Assume o valor 1 se existe algum idoso com idade maior ou igual a 65 anos no domicílio e 0, caso contrário.

Fonte: elaboração própria a partir da PNAD Contínua 2023

5 RESULTADOS

5.1 Análise Descritiva do Trabalho Infantil a partir dos dados da PNAD de 2023

Nesta etapa do trabalho, apresenta-se o perfil da amostra utilizada nesse estudo, obtida a partir da PNAD Contínua 2023, que reúne informações sobre crianças e adolescentes na faixa etária entre 5 e 13 anos, com atenção nas características familiares, demográficas e regionais. A Tabela 1 organiza essas informações por meio de estatísticas descritivas, oferecendo um panorama inicial do contexto em que esses jovens estão inseridos.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas para crianças entre 05 e 13 anos para o Brasil em 2023

Descrição	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Min.	Max.
Criança exerce trabalho infantil	0.02	0.00	0.14	0.00	1.00
Criança trabalha sem receber pagamento	0.00	0.00	0.07	0.00	1.00
Masculino	0.51	1.00	0.50	0.00	1.00
Branco	0.37	0.00	0.48	0.00	1.00
Idade	9.08	9.00	2.58	5.00	13.00
Criança frequenta escola	0.99	1.00	0.11	0.00	1.00
Realizou alguma atividade de cuidado	0.10	0.00	0.30	0.00	1.00
Urbano	0.71	1.00	0.45	0.00	1.00
Norte	0.17	0.00	0.37	0.00	1.00
Nordeste	0.35	0.00	0.48	0.00	1.00
Centro	0.10	0.00	0.30	0.00	1.00

Sudeste	0.23	0.00	0.42	0.00	1.00
Sul	0.15	0.00	0.36	0.00	1.00
Renda domiciliar per capita	1070.98	653.33	1634.56	0.00	62500.00
Chefe com ensino fundamental completo	0.09	0.00	0.28	0.00	1.00
Chefe com ensino médio completo	0.30	0.00	0.46	0.00	1.00
Chefe com ensino superior completo	0.14	0.00	0.35	0.00	1.00
Unidade doméstica nuclear	0.75	1.00	0.43	0.00	1.00
Unidade doméstica estendida	0.24	0.00	0.42	0.00	1.00
Unidade doméstica composta	0.01	0.00	0.09	0.00	1.00
Número de irmãos	0.04	0.00	0.26	0.00	6.00
Chefe de família feminino	0.56	1.00	0.50	0.00	1.00
Idoso no domicílio	0.10	0.00	0.30	0.00	1.00

Fonte: elaboração própria a partir da PNAD Contínua 2023

Em termos demográficos, observa-se um equilíbrio entre os gêneros das crianças analisadas, com leve predominância masculina (51%). A idade média de 9 anos revela um público em plena fase de desenvolvimento físico, cognitivo e emocional, período em que brincar, aprender e crescer deveriam ser prioridades absolutas.

A distribuição racial mostra que 63% das crianças são pretas, pardas ou indígenas, enquanto 37% são brancas ou amarelas. Esse dado não indica que essas crianças estejam necessariamente envolvidas em atividades laborais, mas é importante levar em consideração na análise que grande parte da amostra está inserida em grupos historicamente mais vulneráveis. Um ponto positivo na amostra é que os dados revelam que 99% das crianças frequentam a escola. Contudo, como destacam Cacciamali e Tatei (2008), a presença escolar não impede, por si só, que a criança esteja envolvida em atividades laborais, especialmente quando a estrutura familiar e o contexto econômico são desfavoráveis.

Em relação ao local de residência, 71% das crianças vivem em áreas urbanas. Mas é na distribuição regional que surgem um desequilíbrio: O Nordeste concentra 35% da amostra, seguido pelo Sudeste (23%) e Norte (17%). Isso mostra que uma boa parte das crianças vivem em regiões com maiores índices de pobreza e desigualdade social.

A média da renda domiciliar per capita registrada na amostra é de R\$1.070,98. Sabe-se que a falta de recursos muitas vezes leva famílias a recorrer ao trabalho infantil como estratégia de complementação de renda. A literatura demonstra que a pobreza é um dos principais fatores determinantes do trabalho infantil (KASSOUF, 2010), mas não atua sozinha. A estrutura familiar e o nível educacional dos chefes de família têm papel relevante nessa dinâmica

Nesse sentido, a escolaridade do chefe de família na amostra revela que apenas 14% possuem ensino superior completo, 30% concluíram o ensino médio e 9% concluíram o ensino fundamental. Maciel (2018), em sua análise sobre a relação entre escolaridade do chefe de família e trabalho infantil, demonstra que quanto maior a educação dos responsáveis, menor a probabilidade de inserção precoce das crianças no mercado de trabalho — um fator que será examinado nas análises de incidência deste estudo.

As formas de organização familiar também merecem destaque: 75% das famílias são compostas pela familiar nuclear, seguida das famílias estendidas (24%) e compostas (1%). Apesar da maior parte ser da configuração tradicional, essa distribuição revela a diversidade dos arranjos familiares. Outro ponto observado nas famílias é que 56% dos lares são chefiados por mulheres, isso pode estar associado a desafios extras, principalmente quando esses lares enfrentam limitações de renda. A presença de idosos em 10% dos domicílios aponta para a convivência intergeracional, algo que pode ser tanto um fator de apoio quanto de sobrecarga para a família, dependendo da dinâmica interna.

Portanto, o retrato descritivo da amostra revela uma população infantil heterogênea, atravessada por desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas, e por diferentes arranjos familiares. A literatura consultada reforça que esses elementos, embora não determinantes isolados, compõem um ambiente propício à perpetuação do trabalho infantil. A etapa seguinte deste trabalho buscará identificar como essas características influenciam concretamente a ocorrência de trabalho infantil e trabalho infantil não remunerado.

5.2 Resultados do efeito da estrutura familiar

A seguir, apresentam-se os resultados da regressão logística, que revelam, de maneira detalhada, como as variáveis que compõem a estrutura familiar influenciam a incidência do trabalho infantil.

A ideia, nessa pesquisa, é entender o quanto as características familiares influenciam, se aumentam ou diminuem a probabilidade de uma criança estar envolvida com o trabalho

infantil. Essa primeira estimação está na coluna 1 da tabela 2, onde são analisadas apenas as variáveis de estrutura familiar, permitindo observar seus efeitos diretos sobre o trabalho infantil. Em seguida, será aplicada a mesma lógica da coluna 1, mas com foco no trabalho infantil não remunerado, aquele que acontece sem reconhecimento, mas com consequências reais na infância. Esta estimação estará na coluna 3.

A partir daí, o estudo busca entender se esses efeitos se mantêm quando são acrescentados outros fatores como demográficos e de regiões. Então na coluna 2 serão estimadas as mesmas variáveis da coluna 1 adicionando as variáveis demográficas e de regiões como idade, sexo e localização do domicílio com a finalidade de verificar se o peso da estrutura familiar ainda se sustenta diante dessas outras influências. Por fim, a quarta estimação (coluna 4) repete esse acréscimo de controles, agora sobre o trabalho infantil não remunerado, revelando como o contexto mais amplo pode reforçar ou atenuar a influência da família. Dessa forma, espera-se enxergar tanto o papel isolado da estrutura familiar quanto sua interação com o ambiente social em que a criança está inserida.

Tabela 2 - Regressão logística para o Brasil em 2023

Variável	Criança trabalha (1)	Criança trabalha (2)	Criança trabalha sem receber pagamento (3)	Criança trabalha sem receber pagamento (4)
Renda domiciliar per capita	-0.000*** (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
Chefe com ensino fundamental completo	-0,006*** (0,002)	-0,003 (0,002)	-0,001 (0,001)	-0,001 (0,001)
Chefe com ensino médio completo	-0,013*** (0,001)	-0,005** (0,001)	-0,003*** (0,001)	-0,001 (0,001)
Chefe com ensino superior completo	-0,013*** (0,002)	-0,006* (0,002)	-0,004*** (0,001)	-0,002* (0,001)
Unidade doméstica estendida	-0,004** (0,002)	-0,001 (0,002)	-0,001 (0,001)	0,0001 (0,001)

Unidade doméstica composta	-0,013*** (0,004)	-0,011* (0,005)	-0,002 (0,002)	-0,002 (0,003)
Número de irmãos	0,001 (0,002)	0,003 (0,002)	-0,001 (0,002)	-0,000 (0,001)
Chefe de família feminino	-0,010*** (0,001)	-0,004** (0,001)	-0,004*** (0,001)	-0,002*** (0,001)
Idoso no domicílio	0,002 (0,003)	0,001 (0,003)	-0,000 (0,001)	-0,001 (0,001)
Masculino		0,010*** (0,001)		0,004*** (0,001)
Branco		0,001 (0,002)		0,002* (0,001)
Idade		0,005*** (0,000)		0,002*** (0,000)
Criança frequente escola		0,006 (0,006)		0,005*** (0,000)
Realizou alguma atividade de cuidado		0,021*** (0,003)		0,002* (0,001)
Urbano		-0,040*** (0,002)		-0,009*** (0,001)

(Continua)

Variável	Criança trabalha (1)	Criança trabalha (2)	Criança trabalha sem receber pagamento (3)	Criança trabalha sem receber pagamento (4)
Norte		0,008*** (0,002)		0,008*** (0,001)
Centro		0,005 (0,003)		-0,000 (0,001)
Sudeste		0,001 (0,002)		0,001 (0,001)
Sul		-0,005* (0,002)		0,000 (0,001)

Fonte: elaboração própria a partir da PNAD Contínua 2023

Nota: * p-valor < 0,1; ** p-valor < 0,05; *** p-valor < 0,01. (Desvio-Padrão)

Nos resultados encontrados na coluna 1 observa-se que apenas as variáveis “número de irmão” e “idoso no domicílio” não foram significativas. Isto é, a presença de idosos no domicílio não apresentou efeito significativo sobre o trabalho infantil, o que pode indicar que, embora os idosos possam representar um apoio financeiro através da aposentadoria, não interferem diretamente na decisão das famílias de colocar as crianças no mercado de trabalho. Quanto ao número de irmãos, o resultado pode indicar que não apresenta relevância diante de outros fatores mais estruturais, como acesso à educação por parte dos pais. Em relação às demais variáveis todas foram significativas com efeito negativo sobre a ocorrência de trabalho infantil. Já para trabalho infantil não remunerado (coluna 3) apenas as variáveis: “chefe com ensino médio completo”, “chefe com ensino superior completo” e “chefe de família feminino” apresentaram significância estatística também com sinal negativo contribuindo para a redução, embora com menor intensidade.

Ainda na coluna 1, a renda domiciliar per capita apresentou uma relação significativa sobre a incidência de trabalho infantil, o que mostra que, à medida que as famílias melhoram suas condições financeiras, diminui a necessidade de inserção precoce de crianças no mercado de trabalho. Da mesma forma, a escolaridade do chefe da família, mostrou um efeito redutor para o trabalho infantil. Nos domicílios em que o chefe possui ensino fundamental completo, observa-se uma diminuição de 0,60 ponto percentual na chance de a criança trabalhar. Quando o chefe tem ensino médio completo ou ensino superior completo, a redução é de 1,3 ponto percentual em ambos os casos.

Na coluna 3, os chefes com ensino médio completo e ensino superior completo apresentaram uma redução de 0,3 e 0,4 ponto percentual, respectivamente, na ocorrência de trabalho infantil não remunerado. Essa redução é bem menor quando comparada à incidência do trabalho infantil da coluna 1. Isso pode indicar que famílias em que os pais tem mais estudos tendem a compreender melhor os limites do papel da criança dentro do lar, ainda que o hábito de envolvê-los nas tarefas seja cultural.

Além da escolaridade, a configuração da unidade doméstica também apresentou associação com a inserção no trabalho infantil (coluna 1). Com relação às unidades domésticas nucleares, as crianças que vivem em unidades domésticas estendidas, têm 0,40 ponto percentual a menos de chance de estarem trabalhando, e no caso das unidades domésticas compostas, a redução observada é de 1,30 ponto percentual, também em comparação com a unidade doméstica nuclear. Na coluna 3, para o trabalho infantil não remunerado, as variáveis da unidade domésticas não apresentaram resultados significativos.

A condição de chefia feminina no domicílio apresentou associação negativa com a

ocorrência de trabalho infantil (coluna 1). Em lares chefiados por mulheres, a chance de uma criança exercer trabalho infantil é 1,00 ponto percentual menor em comparação aos domicílios chefiados por homens. No caso de trabalho infantil não remunerado (coluna3), os lares em que o chefe de família é uma mulher mostraram um efeito negativo com 0,4 ponto percentual a menos de a criança trabalhar. Isso pode revelar que mães ou mulheres chefes de família não só protegem seus filhos do mercado de trabalho precoce, como também reduzem a sobrecarga de atividades domésticas que recai sobre as crianças, demonstrando uma gestão mais equilibrada da rotina familiar.

Ao analisar a coluna 2, pode-se perceber que, ao adicionar as variáveis demográficas e de regiões na análise, as variáveis “renda”, “chefe com ensino fundamental” e “unidade doméstica estendida” deixaram de ser significativas. Já as outras variáveis da estrutura familiar continuam influenciando negativamente, porém com percentual menor do que analisadas isoladamente na coluna 1. Na coluna 4, referente ao trabalho infantil não remunerado, apenas a variável “chefe de família feminino e chefe com ensino superior” continuou apresentando relevância, embora este último com uma significância menor do que na coluna 3. Dessa forma, observa-se que muitas variáveis da estrutura familiar que eram significativas deixaram de ser quando analisadas juntamente com as variáveis demográficas, revelando que parte da significância estava associada à variável demográfica. Nesse sentido, tem-se como exemplo a variável “renda”, que, quando analisada junto com todas as outras variáveis demográficas, deixou de ser significativa. A única variável da estrutura familiar que se manteve relevante nas quatro estimativas foi o chefe de família ser feminino.

O gênero masculino apareceu como um fator de aumento na incidência de trabalho infantil(coluna 2) com 1,0 ponto percentual. Para o trabalho infantil não remunerado (coluna 4), o efeito também foi positivo, porém menos intenso com 0,4 ponto percentual, indicando que, apesar da tradição de atribuir tarefas domésticas às meninas, meninos também acabam envolvidos, ainda que em menor proporção, evidenciando uma sobrecarga que atravessa gêneros e realidades sociais.

A cor da pele da criança não apresentou um efeito relevante sobre o trabalho infantil (coluna 2). Já para o trabalho não remunerado (coluna 4), o efeito foi positivo, com 0,2 ponto percentual. Isso sugere que a exposição ao trabalho precoce afeta crianças de diferentes raças, ainda que de forma desigual em contextos específicos.

A idade da criança foi um coeficiente significativo para o aumento do trabalho infantil (coluna 2), com 0,5 ponto percentual e 0,2 ponto percentual no caso de trabalho não remunerado (coluna 4), reforçando que, à medida que se aproximam da adolescência, as

crianças enfrentam maior pressão para contribuir economicamente.

Curiosamente, a frequência escolar não apresentou efeito significativo na redução do trabalho infantil (coluna 2), sugerindo que o simples fato de frequentar a escola não impede que as crianças estejam também envolvidas em atividades laborais. Por outro lado, para o trabalho infantil não remunerado (coluna 4), o efeito foi positivo e significativo, com 0,5 ponto percentual, indicando que, embora as crianças frequentem a escola, muitas ainda acumulam tarefas não remuneradas.

A variável “atividades de cuidado”, que representa a realização de atividades de lazer, como ler, brincar ou jogar, apresentou um coeficiente significativamente positivo de 2,1 pontos percentuais para o trabalho infantil (coluna 2) e 0,2 ponto percentual para trabalho infantil não remunerado (coluna 4). Isso revela a coexistência silenciosa entre brincadeira e trabalho, como se a infância fosse permitida apenas em brechas do dia, enquanto parte do tempo é consumida por responsabilidades adultas. E também mostra que o lazer não necessariamente protege a criança; ele coexiste com obrigações impostas, muitas vezes naturalizadas, que limitam o tempo livre genuíno da criança ao descanso e à despreocupação típicos da infância.

As variáveis relacionadas à localização da residência também apresentaram associação estatisticamente significativa com o trabalho infantil. Crianças residentes na região Norte apresentaram 0,80 ponto percentual maior na chance de exercer trabalho infantil, tanto para o trabalho infantil (coluna 2) como para o trabalho infantil não remunerado (coluna 4), em comparação com a região nordeste. A região Sul apresentou redução de 0,50 ponto percentual na chance de trabalho infantil (coluna 2), também em relação ao nordeste. E sem significância para o trabalho infantil não remunerado (coluna 4). A condição de residência urbana está associada a uma redução de 4,00 pontos percentuais na chance de a criança exercer trabalho infantil (coluna 1) e de 0,90 ponto percentual na chance de realizar trabalho não remunerado (coluna 4), quando comparada à área rural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi identificar de que forma a estrutura familiar afeta a ocorrência de trabalho infantil em suas diferentes formas, tanto no geral quanto a não remunerada. A escolha de observar as variáveis em diferentes ângulos e contextos partiu da suposição de que a forma que se estrutura uma família interferem nas decisões sobre infância, notadamente, quando sem vive em situação de vulnerabilidade.

Os microdados da PNAD Contínua do ano de 2023 foram empregados nesta análise, caracterizada por uma amostra de 45.272 observações de crianças na faixa etária de 5 a 13 anos. O método utilizado foi a regressão logística, o que permitiu observar a associação entre arranjos familiares coma probabilidade de inserção da criança no trabalho e o comportamento das variáveis da estrutura familiar quando analisadas isoladas e em conjunto com outras variáveis demográficas e regionais.

Além das variáveis clássicas já estudadas pela literatura, como a renda per capita familiar, a educação do chefe de família e a chefia feminina, esta pesquisa incluiu algumas que não são frequentemente empregadas em trabalhos anteriores, como o “casal de família estendida” e “casal de família composta”, assim como a variável “atividade de cuidado”, que representa atividades de lazer.

Um dos resultados surpreendentes foi os lares chefiados por mulheres, ao contrário do que parte da literatura mais antiga sugere, apareceu neste estudo como uma variável relacionada com à menor ocorrência do trabalho infantil. E se manteve significativa mesmo quando envolvida com outros fatores demográficos e regionais. Esse efeito pode revelar uma mudança de perfil entre as mulheres que são chefes de família, que, em contextos com maior escolaridade e acesso ao mercado de trabalho, tendem a proteger mais seus filhos dessas formas de sobrecarga.

Os resultados indicaram que quanto maior a educação do chefe da família, menor a probabilidade de trabalho infantil, o que já é demonstrado na literatura por autores como Maciel (2018) e Kassouf (2010). Os chefes com ensino médio ou superior foram significativos mesmo quando envolvendo outras variáveis. Os rendimentos também tiveram esse efeito inverso no modelo base, mas deixaram de ser significativos quando outros fatores demográficos foram levados em consideração, sugerindo que seu efeito está associado a outras variáveis como a idade da criança, a região que ela vive.

Outro achado relevante foi a redução da chance de trabalho infantil em unidades domésticas compostas e estendidas, em relação às famílias nucleares. Embora esses arranjos muitas vezes sejam associados a vulnerabilidades, os resultados aqui obtidos sugerem que, em certos contextos, essas configurações familiares podem contribuir para uma melhor distribuição de tarefas e apoio entre os membros do domicílio.

A variável "atividade de cuidado" sobressaiu-se como uma das contribuições mais relevantes deste trabalho. Verificou-se que ainda crianças com acesso ao lazer e à escolaridade podem estar ocupadas com atividades do dia a dia do lar que se confundem com o trabalho, embora não remunerado. Esses resultados reforçam a leitura de autores como Ferreira-Batista

e Cacciamali (2012), no sentido de que o trabalho infantil pode ocorrer de forma silenciosa e naturalizada, não necessitando retirar a criança da escola, mas comprometendo seu desenvolvimento integral.

Conquanto, este trabalho mostra que o trabalho infantil continua a estar presente sob as mais diferentes formas e nos mais diferentes contextos no Brasil, e que o seu surgimento se relaciona com um conjunto de fatores familiares, sociais e regionais. Ao usar variáveis pouco exploradas e dar visibilidade ao trabalho infantil doméstico pela variável "atividade de cuidado", este trabalho amplia o conhecimento do fenômeno e sugere que as políticas públicas devem considerar a diversidade das estruturas familiares e as formas menos visíveis do trabalho infantil que ainda se encontram na maioria dos lares brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS, M. C. L. de A.; DAMASCENO, P. R.; TERTO, L. de M. de S.; SILVA, R. R. da. **Arranjos familiares de crianças das camadas populares**. *Psicologia em Estudo*, v. 8, esp., 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300003> Acesso em: 4 fev. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRONZO, C. **Vulnerabilidade, empoderamento e proteção social: reflexões a partir de experiências latino-americanas**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

BRUGNAROTTO, M. A.; COPATTI, L. **O trabalho infantil a partir da ótica familiar e a violação de direitos**. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 5 (2019), n.º 3, p.1321-1345.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. **Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar**. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 269–301, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482010000200003>. Acesso em: 18 nov. 2024.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. **Trabalho infantil e o status ocupacional dos pais**. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 269–290, abr./jun. 2008. Disponível

em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572008000200006>. Acesso em: 10 nov. 2024.

CESAR, C. T. **Crianças negras e trabalho infantil no Brasil**. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

DUTRA, M. Z. L. **A inviolabilidade do lar e o trabalho infantil doméstico**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, v. 81, n. 1, p. 152-175, jan./mar. 2015.

FERREIRA-BATISTA, N.; CACCIAMALI, M. C. **Migração familiar, trabalho infantil e ciclo intergeracional da pobreza no estado de São Paulo**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 515–554, set./dez. 2012. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0103-63512012000300004>. Acesso em: 14 nov. 2024.

GARCIA, A. S.; DELGADO, V. M. S. **Vulnerabilidade dos arranjos domiciliares: uma análise da vulnerabilidade dos arranjos domiciliares a partir dos rendimentos**. In: VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO- AMERICANA DE POPULAÇÃO, 2014, Lima. Anais [...]. Lima: ALAP, 2014.

GARRAFA, Volnei. **Ampliação e politização da bioética: uma reflexão sobre bioética e vulnerabilidade social**. Revista Bioética (Impressa), Brasília, v. 20, n. 1, p. 9-20, 2012.

Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/730. Acesso em: 14 jan. 2025.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357–363, abr. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000200013>. Acesso em: 18 jan. 2025.

GUARESCHI, N. M. F.; REIS, C. D.; HUNING, S. M.; BERTUZZI, L. D. **Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 20-30, abr. 2007.

ITAOUI, B. F.; RAIHER, A. P. **Trabalho infantil e estruturas familiares: Ênfase nas famílias monoparentais masculinas**. In: Área 13: Desigualdade, pobreza e políticas sociais. Anais..., Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2024.

ITAOUI, B. F. **Trabalho infantil e arranjos familiares: ênfase nas famílias monoparentais brasileiras no ano de 2019**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023. Disponível em: [<https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/4072>]. Acesso em: 15 jan. 2025.

JARDIM, S. C.; OLIVEIRA, P. R.; TEIXEIRA, E. C.; LIRIO, V. S. **Gênero do chefe de família e incidência de trabalho infantil no Brasil**. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE, Salvador, v. 3, n. 50, p. 59-86, dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36810/rde.v3i50.7136>. Acesso em: 18 dez. 2024.

KASSOUF, A. L. **Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil**. Brasília; Secretaria dos Direitos Humanos; 2002. Disponível em: www.cepea.esalq.usp.br.

KASSOUF, A. L.; JUSTUS, M. **Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o “paradoxo da riqueza”**. Economia Aplicada, v. 14, n. 3, 2010, pp. 339-353.

MACIEL, G. P. **Trabalho infantil no Brasil: uma análise do impacto da escolaridade do chefe de família sobre a inserção da criança no mercado de trabalho**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). UFOP, 2018.
<http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/1413>. Acesso em: 14 dez. 2024.

MESQUITA, S. P.; RAMALHO, H. M. B. **Trabalho infantil no Brasil urbano: qual a importância da estrutura familiar?** Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 97-134, jan./abr. 2015. DOI: 10.1590/198055271915.

MONTALI, L.; TAVARES DE LIMA, M. **Arranjos domiciliares e vulnerabilidade ao empobrecimento: aspectos metodológicos e empíricos**. Revista Latinoamericana de Población, v. 8, n. 14, p. 105-127, jan.-jun. 2014.
Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.31406/relap2014.v8.i1.n14.5>
Acesso em: 06 nov. 2024.

MONTEIRO, M. G. Lira; FIGUEIREDO, A. F. S. de; LIMA, Fábio Lúcio Almeida. **Educação e construção social: contextos da vulnerabilidade social na família**. João Pessoa: UNIPÊ, 2015. Disponível em:
[https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA2_ID53_08092015174634.pdf]. Acesso em: 15 jan. 2025.

MONTEIRO, S. R. da R. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Sociedade em Debate, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, jul.-dez. 2011.

NOGUEIRA, C. S. R. S. **Trabalho infantil e famílias em regiões metropolitanas brasileiras**. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157-160, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 dez. 2024.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. Psicol. Soc., v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 dez. 2024.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5. Disponível em:
<http://books.scielo.org>. Acesso em: 18 dez. 2024.

QUINO, J. M.; FERNANDES, M. M.; PAZELLO, E. T.; SCORZAFAVE, L. G. **Trabalho infantil: persistência intergeracional e decomposição da incidência entre 1992 e 2004 no Brasil rural e urbano**. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 61-84, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482010000100004>
Acesso em: 24 jan. 2025.

RAMALHO, H. M. B.; MESQUITA, S. P. **Determinantes do trabalho infantil no Brasil urbano: uma análise por dados em painel 2001-2009**. Economia Aplicada,

v. 17, n. 2, 2013, pp. 193-225.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SIMIONATO, M. A. W.; OLIVEIRA, R. G. **Funções e transformações da família ao longo da história**. In: I Encontro Paranaense de Psicopedagogia – ABPppr, nov. 2003. p. 58-63.

SANTOS, J. T. **Trabalho infantil no espaço doméstico: exploração oculta**. O Social em Questão. Revista do Departamento de Serviço Social, n. 35, p. 149- 170, jan./jun. Ano XIX. 2016.

<https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=458&sid=49>. Acesso em: 18 dez. 2024.

WAJNMAN, S.; TURRA, C. M.; AGOSTINHO, C. S. **Estrutura domiciliar e distribuição da renda familiar no Brasil**. In: BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. (Orgs.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2006. p. 423-442.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introducción a la econometría: un enfoque moderno**. 4. ed. Tradução de Ma. del Carmen Enriqueta Hano Roa; Érika M. Jasso Hernan D’Borneville. Revisión técnica de Roberto Palma Pacheco e Domingo Rodríguez Benavides. México: Cengage Learning Editores, 2010. PDF. Acesso em: 20 mar. 2025.